

# VDB F2 Geração de Energia S.Á.

**Demonstrações financeiras  
individuais e consolidadas em  
31 de dezembro de 2022 e 2021 e  
relatório dos auditores independentes.**

# Conteúdo

<b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas</b>	<b>3</b>
<b>Balancos patrimoniais</b>	<b>6</b>
<b>Demonstrações dos resultados</b>	<b>7</b>
<b>Demonstrações dos resultados abrangentes</b>	<b>8</b>
<b>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>9</b>
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa</b>	<b>10</b>
<b>Notas explicativas às demonstrações financeiras</b>	<b>12</b>



KPMG Auditores Independentes Ltda.

Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro

20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Telefone +55 (21) 2207-9400

kpmg.com.br

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

**Aos Diretores e Acionistas da  
VDB F2 Geração de Energia S.A.  
Rio de Janeiro - RJ**

## Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da VDB F2 Geração de Energia S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da VDB F2 Geração de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Principais assuntos de auditoria

Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto.

## Mensuração e reconhecimento da receita

Veja as Notas 3.13 e 17 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>A receita das SPEs da Companhia é oriunda principalmente do fornecimento de energia elétrica, reconhecida quando o controle de cada obrigação de performance é transferido para o cliente e pode ser mensurada de forma confiável, que geralmente ocorre no ato da entrega da energia. As receitas de fornecimento de energia elétrica são mensuradas de acordo com a quantidade de energia utilizada pelo cliente e as tarifas vigentes, estabelecidas em contrato.</p> <p>Esse assunto foi considerado significativo para nossa auditoria devido à magnitude da receita reconhecida nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, tendo em vista os riscos de que uma receita seja mensurada em desacordo com os contratos identificados e reconhecida em período distinto daquele em que ocorreu a transferência de controle ao cliente e consequente se deu o cumprimento da obrigação de performance.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>(a) Recálculo dos contratos de geração de energia celebrados no ambiente regulado, efetuando a conferência dos dados utilizados na mensuração da receita;</li><li>(b) Teste de corte da receita, avaliando as últimas faturas do ano de 2022 e primeiras do ano de 2023, para corroborar o reconhecimento de receita no período correto;</li><li>(c) Teste de recebimento subsequente do contas a receber, por amostragem;</li><li>(d) Confronto dos relatórios de faturamento com a respectivas notas fiscais emitidas, comprovantes de liquidação do órgão regulador, comprovantes de liquidação financeira das instituições bancárias e evidência contratual acerca da razoabilidade dos preços usados como base para reconhecimento da receita.</li></ul> <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que a mensuração e reconhecimento da receita é aceitável no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.</p>

## Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

## Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a administração, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituiu o principal assunto de auditoria. Descrevemos esse assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 31 de março de  
2023 KPMG Auditores  
Independentes CRC SP-  
014428/O-6 F-RJ



Hugo Hermes Blezer  
Contador CRC RJ-  
109093/O-5

# VDB F2 Geração de Energia S.A.

## Balancos patrimoniais em 31 dezembro de 2022 e 2021

(Em Reais, exceto quando mencionado em contrário)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
<b>Ativos</b>					
<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	4	412.736	7.909	7.444.089	6.662.652
Títulos e valores mobiliários	5	4.934.963	21.495.769	66.508.368	68.366.883
Contas a receber	6	-	-	42.118.224	30.086.836
Contas a receber – partes relacionadas		-	-	-	12.179
Adiantamentos a fornecedores		-	-	100.590	111.354
Despesas antecipadas		7.747	1.759	773.807	230.394
Impostos a recuperar	7	4.412.715	3.608.404	4.607.310	3.694.425
Dividendos a receber	23.2	9.528.189	8.659.701	-	-
		<u>19.296.350</u>	<u>33.773.542</u>	<u>121.552.388</u>	<u>109.164.723</u>
<b>Não circulante</b>					
Depósito judiciais		-	-	15.000	15.000
Investimentos em participações societárias	8	230.545.751	225.934.355	-	-
Imobilizado	9	-	-	573.452.682	600.603.526
Intangíveis	10	1.581.378	1.581.378	1.597.991	1.602.247
Direito de uso de arrendamento	11	-	-	10.104.506	9.581.481
		<u>232.127.129</u>	<u>227.515.733</u>	<u>585.170.179</u>	<u>611.802.254</u>
<b>Total de ativos</b>		<b><u>251.423.479</u></b>	<b><u>261.289.275</u></b>	<b><u>706.722.567</u></b>	<b><u>720.966.977</u></b>
<b>Passivo e patrimônio líquido</b>					
<b>Circulante</b>					
Contas a pagar	13	27.006	21.036	11.160.235	3.764.449
Tributos a recolher	12	26.857	11.488	2.055.960	1.663.560
Contas a pagar - partes relacionadas	23.1	8.405	8.405	336.299	107.319
Adiantamentos de clientes		-	-	2.255.386	-
Empréstimos e financiamentos	14	-	-	22.710.263	23.341.294
Debêntures a pagar	15	5.279.702	4.963.914	5.279.702	4.963.914
Dividendos a pagar	23.3	7.136.100	5.170.869	7.136.100	5.170.869
Passivo de arrendamento	11	-	-	1.329.554	1.228.016
Provisão para IRPJ e CSLL correntes		-	-	1.259.468	1.073.651
		<u>12.478.070</u>	<u>10.175.712</u>	<u>53.522.967</u>	<u>41.313.072</u>
<b>Não circulante</b>					
Empréstimos e financiamentos	14	-	-	402.740.863	418.040.377
Debêntures a pagar	15	113.922.194	106.488.379	113.922.194	106.488.379
Passivo de arrendamento	11	-	-	10.274.224	9.573.470
Provisão para IRPJ e CSLL diferidos		-	-	1.239.104	926.495
		<u>113.922.194</u>	<u>106.488.379</u>	<u>528.176.385</u>	<u>535.028.721</u>
<b>Patrimônio líquido</b>					
Capital social	16.1	100.073.833	127.073.833	100.073.833	127.073.833
Reserva legal	16.2	3.541.082	2.038.745	3.541.082	2.038.745
Dividendos adicionais propostos	16.4	21.408.300	15.512.606	21.408.300	15.512.606
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<u>125.023.215</u>	<u>144.625.184</u>	<u>125.023.215</u>	<u>144.625.184</u>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b><u>251.423.479</u></b>	<b><u>261.289.275</u></b>	<b><u>706.722.567</u></b>	<b><u>720.966.977</u></b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

# VDB F2 Geração de Energia S.A.

## Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 dezembro de 2022 e 2021

(Em Reais, exceto quando mencionado em contrário)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
<b>Receitas e custos operacionais</b>					
Receita líquida de vendas	17	-	-	132.692.357	122.026.709
Custos das vendas	18	-	-	(49.283.862)	(46.228.385)
<b>Lucro bruto</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>83.408.495</b>	<b>75.798.324</b>
Despesas administrativas	19	(382.329)	(344.232)	(2.339.150)	(2.256.750)
Participação nos lucros de controladas		40.118.690	36.461.901	-	-
Outras receitas operacionais	20	-	-	317.670	86.980
<b>Lucro operacional</b>		<b>39.736.361</b>	<b>36.117.669</b>	<b>81.387.015</b>	<b>73.628.554</b>
Despesas financeiras	21	(12.946.566)	(16.900.206)	(54.480.109)	(51.578.262)
Receitas financeiras	21	3.256.942	2.554.616	9.941.230	4.120.665
<b>Resultado financeiro</b>		<b>(9.689.624)</b>	<b>(14.345.590)</b>	<b>(44.538.879)</b>	<b>(47.457.597)</b>
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>30.046.737</b>	<b>21.772.079</b>	<b>36.848.136</b>	<b>26.170.957</b>
Imposto renda e contribuição social	22	-	-	(6.801.399)	(4.398.878)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>30.046.737</b>	<b>21.772.079</b>	<b>30.046.737</b>	<b>21.772.079</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

## VDB F2 Geração de Energia S.A.

### Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 dezembro de 2022 e 2021

*(Em Reais, exceto quando mencionado em contrário)*

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<u>2022</u>	<u>2021</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
<b>Lucro líquido do exercício</b>	30.046.737	21.772.079	30.046.737	21.772.079
(+/-) Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<u><b>30.046.737</b></u>	<u><b>21.772.079</b></u>	<u><b>30.046.737</b></u>	<u><b>21.772.079</b></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

## VDB F2 Geração de Energia S.A.

### Demonstrações das mutações do patrimônio líquido – Controladora e Consolidado

Exercícios findos em 31 dezembro de 2022 e 2021

*(Em Reais, exceto quando mencionado em contrário)*

	<u>Capital social</u>	<u>Reserva legal</u>	<u>Dividendos adicionais propostos</u>	<u>Lucros acumulados</u>	<u>Total do patrimônio líquido</u>
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2021</b>	<b>187.073.833</b>	<b>950.141</b>	<b>13.539.508</b>		<b>201.563.483</b>
Dividendos distribuídos de reservas de lucros (Nota 16.4)	-	-	(13.539.508)	-	(13.539.508)
Redução de capital	(60.000.000)				(60.000.000)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	21.772.079	21.772.079
Destinação do lucro líquido do exercício					
Reserva legal (Nota 16.2)	-	1.088.604	-	(1.088.604)	-
Dividendos a pagar (Nota 16.3)	-	-	-	(5.170.869)	(5.170.869)
Dividendos adicionais propostos (Nota 16.4)	-	-	15.512.606	(15.512.606)	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b><u>127.073.833</u></b>	<b><u>2.038.745</u></b>	<b><u>15.512.606</u></b>	<b><u>-</u></b>	<b><u>144.625.184</u></b>
Dividendos distribuídos de reservas de lucros (Nota 16.4)	-	-	(15.512.606)	-	(15.512.606)
Redução de capital (Nota 16.1)	(27.000.000)	-	-	-	(27.000.000)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	30.046.737	30.046.737
Destinação do lucro líquido do exercício					
Reserva legal (Nota 16.2)	-	1.502.337	-	(1.502.337)	-
Dividendos a pagar (Nota 16.3)	-	-	-	(7.136.100)	(7.136.100)
Dividendos adicionais propostos (Nota 16.4)	-	-	21.408.300	(21.408.300)	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b><u>100.073.833</u></b>	<b><u>3.541.082</u></b>	<b><u>21.408.300</u></b>	<b><u>-</u></b>	<b><u>125.023.215</u></b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

**VDB F2 Geração de Energia S.A.**  
**Demonstrações dos fluxos de caixa**  
**Exercícios findos em 31 dezembro de 2022 e 2021**

*(Em Reais, exceto quando mencionado em contrário)*

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2022</b>	<b>2021</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>				
Lucro líquido do exercício	30.046.737	21.772.079	30.046.737	21.772.079
Ajustes de despesas e receitas que não envolvem recurso do caixa:				
Depreciação e amortização	-	-	27.625.334	27.618.102
Provisão de juros sobre empréstimos	-	-	39.088.532	32.392.799
Custos de transação de empréstimos		-	330.782	
Custos com debêntures	891.955	-	891.955	
Juros sobre debêntures	11.915.098	15.882.732	11.915.098	15.882.732
Depreciação do direito de uso	-	-	436.517	393.498
Juros sobre arrendamentos	-	-	1.224.024	1.122.473
Rendimento de mútuo com partes relacionadas	-	(49.542)	-	-
Rendimentos de títulos e valores mobiliários	(3.198.608)	(2.486.515)	(9.876.581)	(4.085.710)
Imposto de renda e contribuição social diferido	-	-	282.660	228.328
Imposto de renda e contribuição social corrente	-	-	6.518.739	4.170.550
Resultado de equivalência patrimonial	(40.118.692)	(36.461.901)	-	-
	<b>(463.510)</b>	<b>(1.343.147)</b>	<b>108.523.622</b>	<b>99.996.362</b>
<b>Variações dos ativos e passivos operacionais</b>				
Contas a receber de clientes	-	-	(12.031.388)	(7.419.071)
Contas a receber – partes relacionadas	-	-	12.179	(12.179)
Adiantamentos	-	-	10.764	(109.166)
Despesas antecipadas	(5.988)	(1.042)	(543.413)	61.619
Tributos a recuperar	(804.311)	(1.840.858)	(882.936)	(1.813.266)
Tributos a recolher	15.368	204	392.400	276.990
Contas a pagar	5.970	(21.303)	7.395.786	2.287.854
Contas a pagar – partes relacionadas	-	8.405	228.980	107.320
Adiantamentos de clientes	-	-	2.255.386	-
	<b>(788.961)</b>	<b>(1.854.594)</b>	<b>(3.162.242)</b>	<b>(6.619.899)</b>

**VDB F2 Geração de Energia S.A.**  
**Demonstrações dos fluxos de caixa**  
**Exercícios findos em 31 dezembro de 2022 e 2021**

*(Em Reais, exceto quando mencionado em contrário)*

<b>Caixa gerado pelas operações</b>				
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	(6.332.922)	(3.953.870)
<b>Caixa líquido gerado (aplicado) pelas atividades operacionais</b>	<b>(1.252.469)</b>	<b>(3.197.741)</b>	<b>99.028.519</b>	<b>93.006.792</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**VDB F2 Geração de Energia S.A.**  
**Demonstrações dos fluxos de caixa**  
**Exercícios findos em 31 dezembro de 2022 e 2021**

*(Em Reais, exceto quando mencionado em contrário)*

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2022</b>	<b>2021</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>				
Pagamentos na aquisição de imobilizado	-	-	(470.234)	(695.856)
Pagamentos na aquisição de intangível	-	-	-	(20.986)
Aplicações em títulos e valores mobiliários	(53.215.657)	(85.922.000)	(221.893.945)	(176.507.428)
Resgate de títulos e valores mobiliários	72.975.071	140.029.525	233.629.040	223.904.861
Dividendos recebidos	34.638.806	23.399.928	-	-
<b>Caixa líquido gerado nas atividades de investimentos</b>	<b>54.398.220</b>	<b>77.507.453</b>	<b>11.264.861</b>	<b>46.680.591</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>				
Pagamento de empréstimos - principal	-	-	(20.221.112)	(19.344.886)
Pagamento de empréstimos - juros	-	-	(35.128.747)	(32.124.031)
Custos de transação de empréstimos	-	-	-	381.568
Recebimentos de empréstimos de partes relacionadas - principal	-	2.956.276	-	-
Recebimentos de juros sobre empréstimos - partes relacionadas	-	4.490.353	-	-
Pagamento de debêntures	(2.622.183)	(318.000)	(2.622.183)	(318.000)
Pagamento de juros sobre debêntures	(2.435.266)	(4.306.721)	(2.435.266)	(4.306.721)
Custos com debêntures	-	891.955	-	891.955
Dividendos pagos	(20.683.474)	(18.052.677)	(20.683.474)	(18.052.677)
Devolução de capital aos acionistas	(27.000.000)	(60.000.000)	(27.000.000)	(60.000.000)
Pagamento direito de uso do arrendamento	-	-	(1.381.274)	(1.184.453)
<b>Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento</b>	<b>(52.740.923)</b>	<b>(74.338.814)</b>	<b>(109.472.056)</b>	<b>(134.057.245)</b>
<b>Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>404.827</b>	<b>(29.102)</b>	<b>781.437</b>	<b>1.544.428</b>
Variação do caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício	7.909	37.011	6.662.652	5.118.224
No final do exercício	412.736	7.909	7.444.089	6.662.652
	<b>404.827</b>	<b>(29.102)</b>	<b>781.437</b>	<b>1.544.428</b>
<b>Informações suplementares sobre transações que não envolvem caixa</b>				
Reavaliação do direito de uso e passivo de arrendamento	-	-	959.542	585.850
Dividendos provisionados e pagos pela Companhia	15.512.606	-	15.512.606	-
Dividendos a receber das investidas	9.528.189	8.659.701	-	8.659.701
Dividendos propostos e não pagos pela Companhia	7.136.100	5.170.869	7.136.100	5.170.869
Reclassificação entre contas patrimoniais	-	-	29.948	-

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em Reais, exceto quando mencionado em contrário)

### 1 Contexto operacional

A VDB F2 Geração de Energia SA ("VDB F2 ou Companhia") é uma Companhia Anônima de capital fechado, sediada no Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Almirante Barroso, nº 52, 18º andar, parte, Centro - constituída em 25 de fevereiro de 2014.

A Companhia tem por objeto social o propósito específico de implantar e explorar centrais geradoras eólicas, no projeto Ventos da Bahia Fase II, sendo Parque Eólico Ventos da Bahia I ("Ventos da Bahia I"), Parque Eólico Ventos da Bahia III ("Ventos da Bahia III"), Parque Eólico Ventos da Bahia IX ("Ventos da Bahia IX") e Parque Eólico Ventos da Bahia XVIII ("Ventos da Bahia XVIII"), já constituídas após a autorização ANEEL, obtida no leilão LER de 13 de novembro de 2015, 8º LER da ANEEL, edital nº 09/2015.

Em 08 de dezembro de 2020, a Omega Geração S.A. adquiriu 50% das ações da Companhia, o qual a EDF EN do Brasil Participações S.A possuía 100% de participação. A partir desta data, a Omega Geração S.A. passou a deter 50% de participação na Companhia, tendo seu controle compartilhado com a EDF EN do Brasil Participações S.A.

A Administração reforça o seu comprometimento em honrar todos os compromissos assumidos com a ANEEL nos contratos de venda de energia já firmados.

#### 1.1 Da autorização para operação

A segunda fase de projetos eólicos a serem desenvolvidos na região, denominada Ventos da Bahia Fase II, está localizada no município de Mulungu do Morro - BA (região da Chapada Diamantina) e a autorização para exploração foi adquirida no leilão de energia de reserva (LER), realizado pela ANEEL em Novembro de 2015, conforme estabelecido nas portarias MME nº 70 de 16 de março de 2015. Foram vendidos em leilão 116,6 MW ao preço de R\$ 203,96/MWh (data base novembro 2015).

Após o êxito, nesse leilão, foram constituídas quatro novas empresas Parque Eólico Ventos da Bahia I, Parque Eólico Ventos da Bahia III, Parque Eólico Ventos da Bahia IX e Parque Eólico Ventos da Bahia XVIII, que representam os parques eólicos que produzirão os 116,6 MW contratados. A entrada em operação dos parques ocorreu em setembro de 2018 de forma atendendo integralmente as cláusulas previstas no contrato de venda de energia obtido em leilão (PPA), sempre respeitando os percentuais de participações no consórcio vencedor, Consórcio VDB F2, conforme descrição abaixo:

<b>Empresas constituídas</b>	<b>Capacidade</b>
Parque Eólico Ventos da Bahia I S/A	28,6 MW
Parque Eólico Ventos da Bahia III S/A	30,8 MW
Parque Eólico Ventos da Bahia IX S/A	28,6 MW
Parque Eólico Ventos da Bahia XVIII S/A	28,6 MW
	<hr/>
	116,6 MW

A apuração de energia produzida será quadrienal, sendo que, desvios negativos deverão ser restituídos pelas Companhias. Desvios positivos serão pagos de acordo com tarifa pré-estabelecida em contrato.

No dia 25 de maio de 2016 o Parque Eólico Ventos da Bahia I S.A. obteve, por meio da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), outorga pelo prazo de 35 anos, contados a partir da sua celebração, para construção, operação e manutenção das instalações da usina eólica. Já a obtenção das outorgas para os Parques Eólicos Ventos da Bahia III, Ventos da Bahia IX e Ventos da Bahia XVIII, ocorreu em 31 de maio de 2016, nas mesmas condições.

Apresentamos abaixo as principais características do projeto:

- a. Linha de transmissão 230 kV, com extensão aproximada de 32,9KM, com origem na Subestação Elevadora de 34,5/230kv Ventos da Bahia II e término na Subestação Morro do Chapéu II;
- b. Subestação Morro do Chapéu II em 500/230kV de propriedade da CHESF; e
- c. Entradas de linha na Subestação Elevadora Ventos da Bahia II.

## **2 Apresentação das demonstrações financeiras**

### **2.1 Base de preparação**

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”), que compreendem aquelas incluídas nas legislações societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”).

Adicionalmente, a Companhia considerou a Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Diretoria em 31 de março de 2023.

### **2.2 Base de mensuração**

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas utilizando como base o custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requerido pelas normas contábeis.

A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1 ou 2 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na Nota 24.

### **2.3 Mensuração do valor justo**

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (Impairment) no caso de contas a receber, estejam próximos de seus valores justos.

Os ativos e passivos financeiros mensurados ou divulgados ao valor justo foram classificados no nível 2 de hierarquia do valor justo, que é apurado mediante informações que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços).

A classificação da mensuração do valor justo está apresentada na Nota 24.

**a. Base de consolidação**

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas estabelecidas pelo CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas e incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de entidades controladas diretamente pela Companhia ou indiretamente através de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia: (i) tem poder sobre a investida; (ii) está exposta, ou tem direitos, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e (iii) tem a capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar seus retornos.

A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa do mesmo grupo, relacionados com transações entre membros da Companhia, são totalmente eliminados na consolidação. Qualquer investimento retido é reconhecido a valor justo na data em que o controle é perdido.

**b. Controladas**

A Companhia controla uma entidade quando está exposta, ou tem direitos sobre, os retornos variáveis advindo de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de afetar esses retornos por meio de seu poder sobre a mesma. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir.

As políticas contábeis de controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as demonstrações financeiras de controladas são reconhecidas através de método de equivalência patrimonial.

Para cálculo de equivalências patrimoniais e consolidação são utilizadas as demonstrações financeiras das controladas na mesma data-base das demonstrações financeiras.

<u>Controladas</u>	<u>Atividade</u>	<u>% Participação</u>
Parque Eólico Ventos da Bahia I S/A	Geração de energia eólica	100%
Parque Eólico Ventos da Bahia III S/A	Geração de energia eólica	100%
Parque Eólico Ventos da Bahia IX S/A	Geração de energia eólica	100%
Parque Eólico Ventos da Bahia XVIII S/A	Geração de energia eólica	100%

**c. Transações eliminadas na consolidação**

Saldos e transações intergrupo e quaisquer receitas ou despesas derivadas entre empresas são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com Companhia investidas registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

**2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação**

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são mensurados de

acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua (moeda funcional). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional e apresentação da Companhia.

## 2.5 Uso de estimativas e julgamento

Na aplicação das políticas e práticas contábeis da Companhia descritas na nota explicativa nº 3, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes.

As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no exercício em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este exercício, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como exercícios futuros.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nos próximos exercícios, estão contempladas a seguir:

### (i) Provisão para desmobilização

A Administração da Companhia entende não ser aplicável e nem necessário reconhecer provisão para os custos de desmobilização na demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2022, em função do valor remanescente estimado dos ativos de operação ser superior aos custos observados no grupo para encerramento das atividades e/ou desmobilização desses ativos ao final do prazo contratual de operação, baseado no resultado de estudo interno elaborado pela Companhia com aplicação de taxa de desconto livre de risco. Adicionalmente, a Companhia já considera em seu fluxo operacional a manutenção e o emprego de dispêndios necessários capazes de manter o parque operando por prazos superiores ao contratual estabelecido.

### (ii) Provisões para contingências judiciais

Em consonância com o CPC 25, uma provisão contingente só é reconhecida quando a entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado em que seja provável que será necessária uma saída de recursos econômicos para liquidar a obrigação e, finalmente, quando seu valor possa ser razoavelmente confiável. Se essas condições não forem satisfeitas, nenhuma provisão deve ser reconhecida.

A avaliação da probabilidade de perda inclui, além do conceito evidenciado no CPC 25, a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

### (iii) Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)

O imposto de renda e a contribuição social (corrente e diferido) são calculados de acordo com interpretações da legislação em vigor. Este processo normalmente envolve estimativas complexas para determinar o lucro tributável e as diferenças. Em particular, o crédito fiscal diferido sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias é reconhecido na proporção da probabilidade de que o lucro real futuro esteja disponível e possa ser utilizado. A

mensuração da recuperabilidade do imposto de renda diferido sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias leva em consideração a estimativa de lucro tributável (Nota 22).

## 2.6 Classificação corrente versus não corrente

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade;
- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado;
- Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e
- É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado não circulante quando:

- Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade;
- Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e
- A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante. Os passivos fiscais diferidos são classificados no passivo não circulante.

## 3 Resumo das principais políticas e práticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo foram aplicadas de maneira consistente no exercício e período apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

### 3.1 Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros, de acordo com as seguintes categorias:

#### (i) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com - reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes,

sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e

- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

**(ii) Ativos financeiros ao custo amortizado**

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem contas a receber de clientes e com partes relacionadas, caixas e equivalentes de caixa.

**(iii) Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes**

Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes. No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

**(iv) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado**

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

**Desreconhecimento**

A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Não existem operações com instrumentos derivativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

**(v) Passivos financeiros não derivativos**

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: contas a pagar, contas a pagar com partes relacionadas e empréstimos com terceiros.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, quando aplicável.

### **3.2 Caixa e equivalente de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros de alta liquidez todos com conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. São mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. As variações dos valores justos são registradas no resultado quando auferidas.

### **3.3 Títulos e valores mobiliários**

Os títulos e valores mobiliários, referem-se a investimentos financeiros que não são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo, ainda que possuam opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade. Os investimentos financeiros referem-se a fundos de investimentos e aplicações pós-fixada e estão atreladas à taxa de Certificados de Depósito Interbancário (CDI). As variações dos valores justos são registradas no resultado quando auferidas.

### **3.4 Contas a receber**

Referem-se a valores a receber referente à venda de energia realizada. Os montantes estão deduzidos, mediante provisão, aos seus valores prováveis de realização. A provisão para perdas de créditos esperadas é estabelecida para reconhecer as perdas prováveis de contas a receber, levando-se em consideração as medidas implementadas para restringir a prestação de serviços a clientes com contas em atraso e para cobrar clientes inadimplentes (quando aplicável), conforme montantes disponibilizados no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

A Administração avalia periodicamente sua carteira de recebíveis e concluiu que não há histórico de perdas e nem perdas esperadas com as contas a receber da Companhia e, portanto, entende não ser necessária a constituição de provisão para perdas de créditos esperadas, conforme CPC 48.

### **3.5 Investimentos em controladas**

O investimento em controladas (Parque Eólico Ventos da Bahia I S.A, Parque Eólico Ventos da Bahia III S.A, Parque Eólico Ventos da Bahia IX S.A e Parque Eólico Ventos da Bahia XVIII S.A) é avaliado pelo método de equivalência patrimonial das informações financeiras individuais.

As mudanças na participação relativa da controladora sobre a controlada que não resultem em perda de controle devem ser contabilizadas como transações de capital (ou seja, transações com sócios, na qualidade de proprietários), e não resultado ou no resultado abrangente. Em tais circunstâncias, o valor contábil da participação dos não controladores devem ser ajustados para refletir as mudanças nas suas participações relativa nas controladas.

### **3.6 Imobilizado**

O imobilizado está demonstrado ao valor de custo, deduzido de depreciação e perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo através de laudo técnico, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados na data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

O valor recuperável do ativo imobilizado é testado sempre que eventos ou mudanças indiquem que o valor contábil pode não ser recuperado. A Administração procedeu com a revisão da vida útil dos ativos e das premissas requeridas no CPC 01 e nenhum indicador interno ou externo foi

identificado.

### 3.7 Ativo intangível

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

A amortização é reconhecida pelo método linear com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de eventuais mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, não foram identificados ajustes nos valores dos ativos registrados.

### 3.8 Redução ao valor recuperável dos ativos (impairment)

#### (i) Ativos financeiros

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

#### (ii) Ativos não financeiros

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes por meio da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a "unidade geradora de caixa ou UGC").

A Companhia não identificou indicadores de redução ao valor recuperável de seus ativos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

### 3.9 Empréstimos, financiamentos e debêntures

Os empréstimos são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação e subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado.

As despesas com juros são reconhecidas com base no método da taxa de juros ao longo prazo do empréstimo de tal forma que na data do vencimento o saldo contábil corresponde ao valor devido. Os juros são incluídos em despesa financeiras.

A Companhia optou por apresentar os juros pagos de empréstimos como atividade de financiamento nos seus fluxos de caixa, conforme permitido pelo CPC 03 (R2), item 34A.

#### Debêntures

Em 14 de junho de 2019 a Companhia assinou instrumento de emissão de debêntures de oferta pública, com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM 476 e demais disposições legais aplicáveis, em série única. O agente fiduciário responsável pela emissão é a

Pentágono S.A. Distribuição de Títulos e Valores Mobiliários.

### 3.10 Provisões

Uma provisão é reconhecida quando a Companhia possui uma obrigação contratual, ou não formalizada, como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

### 3.11 Contas a pagar

O contas a pagar é reconhecido quando a Companhia possui uma obrigação contratual formalizada, como resultado de um evento passado, confiavelmente estimada e com desembolso de caixa provável. Encontram-se atualizados, quando pertinente, às taxas de câmbio e encargos financeiros, nos termos dos contratos vigentes, de modo que reflitam os valores incorridos até a data do balanço.

### 3.12 Resultado financeiro

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre as aplicações financeiras, juros sobre atraso no recebimento de cliente, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e variações de swaps. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, debêntures, ajustes de desconto a valor presente e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Os custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos

### 3.13 Receita de contrato com cliente

A receita de contrato com cliente é reconhecida quando o controle dos bens ou serviços é transferido para o cliente por um valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca desses bens ou serviços. A Companhia concluiu, de modo geral, no que tange a geração de energia, a transferência de propriedade e dos riscos e benefícios acontece a partir do momento que a energia é disponibilizada no ponto de conexão da rede.

As receitas de venda de energia são registradas com base na energia comercializada e nas tarifas especificadas nos termos contratuais ou vigentes no mercado. É reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, sendo provável que os benefícios econômicos associados às transações fluirão para a Companhia e o valor da receita puder ser mensurado com confiabilidade. Os registros das operações de compra e venda de energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas ou por estimativa da Administração.

### 3.14 Tributos

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende o imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos, que são apresentados de forma segregada nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

A Companhia está sujeita ao regime do lucro real enquanto as empresas operacionais (controladas) estão sujeitas ao lucro presumido (regime de caixa) de apuração dos tributos sobre o resultado.

#### (i) Lucro presumido

As empresas classificadas no lucro presumido têm a base de cálculo do imposto de renda e contribuição social determinada mediante a aplicação da alíquota de presunção sobre a receita bruta, sendo 8% para IRPJ e 12% para CSLL, acrescida das demais receitas. Após a formação da base de cálculo, é aplicada a alíquota do IRPJ de 15%, e para a parcela da base que exceder R\$ 60 no trimestre terá a aplicação de 10% de adicional. Para contribuição social a alíquota aplicada sobre a base de cálculo é de 9%.

**(ii) Lucro real**

A Companhia tem o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

**(iii) Tributos correntes**

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

**(iv) Tributos diferidos**

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias, no fim de cada exercício de relatório, entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos.

### **3.15 Passivo de Arrendamento**

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um passivo de arrendamento (“arrendamento”). Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia e suas controladas utilizam a definição de arrendamento no CPC 06 (R2).

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear, desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações

do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

O passivo de arrendamento é remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar suas avaliações se exercerão uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

### 3.16 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

(i) Normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não efetivas

Na data de autorização destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia não aplicou as normas e interpretações novas e revisadas que foram emitidas, mas ainda não tem sua adoção mandatória:

<u>Norma ou interpretação</u>	<u>Descrição</u>	<u>Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após</u>
Alterações CPC 32	Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação	01/01/2023
Alterações CPC 23	Definição de estimativa contábil	01/01/2023
Alterações CPC 26	Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes	01/01/2023
Alterações CPC 50	IFRS 17 Contratos de Seguro	01/01/2023
Alterações CPC 36 e CPC 18	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou empreendimento controlado em conjunto	A ser definido

Não é esperado pela Administração em sua análise preliminar que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto relevante sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia em períodos futuros.

## 4 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2022</u>	<u>2021</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Bancos	412.736	7.909	7.444.089	6.662.652
	<b>412.736</b>	<b>7.909</b>	<b>7.444.089</b>	<b>6.662.652</b>

As informações sobre a exposição da Companhia a riscos de crédito e de mercado estão incluídas na Nota 24.

## 5 Títulos e valores mobiliários

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Títulos e valores mobiliários	4.934.963	21.495.769	66.508.368	68.366.883
	4.934.963	21.495.769	66.508.368	68.366.883

Referem-se substancialmente a cotas de fundos de investimento, títulos CDB renda fixa e Contas garantias, todos vinculados a taxas pós-fixadas e com rentabilidade média em 2022, sobre o DI CETIP ("CDI") 100% (96,17% em 2021) (rentabilidade do FIC Soberano DI Santander).

As operações compromissadas, lastreadas por debêntures, registradas na CETIP ou SELIC, quando aplicável, possuem garantia de recompra diária a uma taxa previamente estabelecida pelas instituições financeiras (ver Nota 3.1).

A redução da rubrica da controladora em 2022 se dá pelo pagamento de dividendos e redução de capital disponibilizados aos acionistas.

## 6 Contas a receber de clientes

	Consolidado	
	2022	2021
Contratos de energia de reserva (i)	42.118.224	30.086.836
	42.118.224	30.086.836

(i) A Companhia constituiu contas a receber com Câmara de Comercialização de Energia Elétrica referente a receita operacional advinda do curso normal das atividades da Companhia e medida através de relatório de medição mensal. O saldo do compromisso mensal tem um giro médio de 30 dias, contudo o excedente ao compromisso, conforme as regras do contrato, poderá ser recebido anualmente, ao fim do quadriênio ou compensado com eventuais déficits em relação ao compromisso dos anos contratuais seguintes.

A Companhia avaliou seus históricos de recebimentos e identificou que não estão expostas a um elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia ou na formalização de contratos bilaterais. O montante a receber de energia de curto prazo é administrado pela CCEE que, por sua vez, controla a inadimplência entre os participantes setoriais. Portanto, após as devidas análises não foi identificada a necessidade de eventuais perdas esperadas.

Não há histórico ou expectativa futura de perdas com as contas a receber da Companhia. Portanto, não se faz necessária a constituição de perda de crédito esperada.

## 7 Tributos a recuperar

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2022</b>	<b>2021</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
IRPJ	542.558	488.006	599.816	540.584
CSLL	42.002	38.221	42.011	38.221
PIS	-	-	802	802
COFINS	-	-	107.200	3.917
IRRF	3.828.155	3.082.177	3.829.717	3.083.739
INSS	-	-	2.658	2.658
ISS	-	-	11.264	11.264
Outros	-	-	13.842	13.240
	<u>4.412.715</u>	<u>3.608.404</u>	<u>4.607.310</u>	<u>3.694.425</u>

Os créditos fiscais acima, em sua maioria, referem-se ao Imposto de Renda Retido na Fonte sobre os rendimentos de aplicação financeira e juros sobre empréstimos, não utilizados, no qual foi constituído saldo negativo da Companhia e estão acrescidos da taxa de juros SELIC, podendo ser utilizados para pagamento de qualquer tributo administrado pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

## 8 Investimentos em Companhias controladas

A Companhia possui o controle integral de todas as suas controladas (ver Nota 2.3 (b)).

	<b>VDB I</b>	<b>VDB III</b>	<b>VDB IX</b>	<b>VDB XVIII</b>	<b>Total</b>
Saldo em 31/12/2021	54.044.304	62.820.557	55.383.448	53.686.046	225.934.355
Equivalência patrimonial	9.510.148	15.676.626	6.174.099	8.757.817	40.118.690
Dividendos a receber	(2.258.660)	(3.723.199)	(1.466.349)	(2.079.981)	(9.528.189)
Dividendos pagos	(6.595.272)	(10.645.274)	(3.440.580)	(5.297.979)	(25.979.105)
Saldo em 31/12/2022	54.700.520	64.128.710	56.650.618	55.065.903	230.545.751
	<b>VDB I</b>	<b>VDB III</b>	<b>VDB IX</b>	<b>VDB XVIII</b>	<b>Total</b>
Saldo em 31/12/2020	50.995.122	59.241.016	52.900.990	52.544.974	215.682.102
Equivalência patrimonial	9.256.521	14.940.736	4.828.885	7.435.759	36.461.901
Dividendos a receber	(2.198.424)	(3.548.425)	(1.146.860)	(1.765.992)	(8.659.701)
Dividendos pagos	(4.008.915)	(7.812.770)	(1.199.567)	(4.528.695)	(17.549.947)
Saldo em 31/12/2021	54.044.304	62.820.557	55.383.448	53.686.046	225.934.355

Abaixo, apresentamos as principais informações financeiras das controladas em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

	<b>2022</b>				
	<b>VDB I</b>	<b>VDB III</b>	<b>VDB IX</b>	<b>VDB XVIII</b>	<b>Total</b>
Ativos circulantes	26.628.048	36.738.758	21.615.289	26.828.660	111.810.755
Ativos não circulantes	141.780.277	151.215.559	149.163.202	141.429.763	583.588.801
Passivos circulantes	12.077.749	13.738.312	12.939.166	11.844.386	50.599.613
Passivos não circulantes	101.630.055	110.087.295	101.188.707	101.348.134	414.254.191
Patrimônio líquido	45.190.373	48.452.084	50.476.518	46.308.085	190.427.060
Resultado	9.510.148	15.676.626	6.174.100	8.757.818	40.118.692

  

	<b>2021</b>				
	<b>VDB I</b>	<b>VDB III</b>	<b>VDB IX</b>	<b>VDB XVIII</b>	<b>Total</b>
Ativos circulantes	20.880.514	30.348.150	13.246.171	19.586.994	84.061.829
Ativos não circulantes	148.130.214	158.133.296	156.050.574	147.906.790	610.220.874
Passivos circulantes	9.712.679	11.903.490	9.113.456	9.078.381	39.808.006
Passivos não circulantes	105.253.744	113.757.400	104.799.842	104.729.357	428.540.343
Patrimônio líquido	44.787.783	47.879.820	50.554.563	46.250.287	189.472.453
Resultado	9.256.522	14.940.736	4.828.884	7.435.759	36.461.901

## 9 Imobilizado

		<b>2022</b>				<b>Consolidado</b>
		<b>Saldo em 31/12/2021</b>	<b>Adição</b>	<b>Baixas</b>	<b>Depreciação</b>	<b>Saldo em 31/12/2022</b>
Móveis e utensílios	10%	2.709	-	-	(326)	2.383
Aerogeradores eólicos	4%	600.592.777	405.878	-	(27.620.752)	573.377.903
Adiantamento para aquisição de ativos		8.040	64.356	-	-	72.396
<b>Total</b>		<b>600.603.526</b>	<b>470.234</b>	<b>-</b>	<b>(27.621.078)</b>	<b>573.452.682</b>
Custo		689.965.336				690.435.570
Depreciação acumulada		(89.361.810)				(116.982.888)
<b>Imobilizado líquido</b>		<b>600.603.526</b>				<b>573.452.682</b>

**Consolidado**

	Taxa de depreciação	2021				Saldo em
		Saldo em 31/12/2020	Adição	Baixas	Depreciação	Saldo em 31/12/2021
Móveis e utensílios	10%	3.034	-	-	(325)	2.709
Aerogeradores eólicos	4%	628.024.132	687.816	(501.511)	(27.617.660)	600.592.777
Adiantamento para aquisição de ativos		-	8.040	-	-	8.040
<b>Total</b>		<b>628.027.166</b>	<b>695.856</b>	<b>(501.511)</b>	<b>(27.617.985)</b>	<b>600.603.526</b>
Custo		689.770.991				689.965.336
Depreciação acumulada		(61.743.825)				(89.361.810)
<b>Imobilizado líquido</b>		<b>628.027.166</b>				<b>600.603.526</b>

## 10 Intangível

### a) Controladora

	Saldo em 31/12/2021	Saldo em 31/12/2022
Gastos com projetos eólicos	1.506.534	1.506.534
Concessão de direito	74.844	74.844
<b>Total</b>	<b>1.581.378</b>	<b>1.581.378</b>
Custo	1.581.378	1.581.378
<b>Intangível líquido</b>	<b>1.581.378</b>	<b>1.581.378</b>

	Saldo em 31/12/2020	Saldo em 31/12/2021
Gastos com projetos eólicos	1.506.534	1.506.534
Concessão de direito	74.844	74.844
<b>Total</b>	<b>1.581.378</b>	<b>1.581.378</b>
Custo	1.581.378	1.581.378
<b>Intangível líquido</b>	<b>1.581.378</b>	<b>1.581.378</b>

**b) Consolidado**

					<b>Consolidado</b>
					<b>2022</b>
	<b>Taxa de amortização</b>	<b>Saldo em 31/12/2021</b>	<b>Adição</b>	<b>Amortização</b>	<b>Saldo em 31/12/2022</b>
Software	20%	20.869	-	(4.256)	16.613
Concessão de direito	-	74.844	-	-	74.844
Gastos com projetos eólicos	-	1.506.534	-	-	1.506.534
<b>Total</b>		<b>1.602.247</b>	<b>-</b>	<b>(4.256)</b>	<b>1.597.991</b>
Custo		1.602.364			1.602.364
Amortização acumulada		(117)			(4.373)
Intangível líquido		<u>1.602.247</u>			<u>1.597.991</u>
					<b>Consolidado</b>
					<b>2021</b>
	<b>Taxa de amortização</b>	<b>Saldo em 31/12/2020</b>	<b>Adição</b>	<b>Amortização</b>	<b>Saldo em 31/12/2021</b>
Software	20%	-	20.986	(117)	20.869
Concessão de direito	-	74.844	-	-	74.844
Gastos com projetos eólicos	-	1.506.534	-	-	1.506.534
<b>Total</b>		<b>1.581.378</b>	<b>20.986</b>	<b>(117)</b>	<b>1.602.247</b>
Custo		1.581.378			1.602.364
Amortização acumulada		-			(117)
Intangível líquido		<u>1.581.378</u>			<u>1.602.247</u>

**11 Passivo de arrendamento**

Na transição, os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes (sem considerar reajustes inflacionários futuros), descontados à taxa incremental nominal de 11,31% , obtida com base nos seus respectivos empréstimos. Os ativos de direito de uso foram mensurados pelo valor igual ao passivo de arrendamento a valor presente. Os ativos de direito de uso serão mensurados pelo valor igual ao passivo de arrendamento, e, quando aplicável, ajustados pelo valor de quaisquer pagamentos de arrendamento antecipados ou acumulados referentes a esse arrendamento que tiver sido reconhecido no balanço patrimonial imediatamente antes da data da aplicação inicial.

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a Companhia possui 5 contratos de aluguéis reconhecidos em seu balanço patrimonial, a seguir:

**a) Direito de uso**

	<b>Consolidado</b>			
	<b>2022</b>			
	<b>Saldo em 31/12/2021</b>	<b>Reajuste Contratual</b>	<b>Depreciação</b>	<b>Saldo em 31/12/2022</b>
Aluguel de imóveis	9.581.481	959.542	(436.517)	10.104.506
Total	9.581.481	959.542	(436.517)	10.104.506

  

	<b>Consolidado</b>			
	<b>2021</b>			
	<b>Saldo em 01/01/2021</b>	<b>Reajuste Contratual</b>	<b>Depreciação</b>	<b>Saldo em 31/12/2021</b>
Aluguel de imóveis	9.389.129	585.850	(393.498)	9.581.481
Total	9.389.129	585.850	(393.498)	9.581.481

## b) Passivo de arrendamento

	<b>Consolidado</b>				
	<b>2022</b>				
	<b>Saldo em 31/12/2021</b>	<b>Reajuste Contratual</b>	<b>Juros</b>	<b>Pagamentos</b>	<b>Saldo em 31/12/2022</b>
Aluguel de imóveis	10.801.486	959.542	1.224.024	(1.381.274)	11.603.778
Total	10.801.486	959.542	1.224.024	(1.381.274)	11.603.778
Circulante					1.329.554
Não circulante					10.274.224

  

	<b>Consolidado</b>				
	<b>2021</b>				
	<b>Saldo em 01/01/2021</b>	<b>Reajuste Contratual</b>	<b>Juros</b>	<b>Pagamentos</b>	<b>Saldo em 31/12/2021</b>
Aluguel de imóveis	10.277.616	585.850	1.122.473	(1.184.453)	10.801.486
Total	10.277.616	585.850	1.122.473	(1.184.453)	10.801.486
Circulante					1.228.016
Não circulante					9.573.470

## 12 Tributos a recolher

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
PIS sobre faturamento	3.185	1.025	331.889	268.754
COFINS sobre faturamento	19.601	6.307	1.536.695	1.241.981
Tributos retidos na fonte	4.071	4.156	185.701	151.150
Outros	-	-	1.675	1.675
	<u>26.857</u>	<u>11.488</u>	<u>2.055.960</u>	<u>1.663.560</u>

Os impostos e contribuições acima provisionados foram liquidados no mês de janeiro subsequente a cada exercício.

### 13 Contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Serviços prestados	27.006	21.036	1.090.969	778.261
Aquisição de materiais	-	-	15.149	14.350
Aquisição de imobilizado	-	-	121.397	21.585
Passivo de arrendamento	-	-	219.285	98.953
Serviços de manutenção	-	-	936.589	2.014.488
Mercado de curto prazo	-	-	3.062	3.256
Penalidades na geração de energia (ii)	-	-	627.907	270.130
Ressarcimento CCEE (i)	-	-	8.124.454	548.576
Outras aquisições	-	-	21.423	14.851
	<u>27.006</u>	<u>21.036</u>	<u>11.160.235</u>	<u>3.764.449</u>

- (i) Ciclo de ressarcimento a CCEE correspondente ao saldo anual e quadrienal para o atendimento do compromisso de entrega de energia no ambiente regulado.
- (ii) Refere-se a provisão para penalidade por insuficiência de lastro em 2022.

O ciclo de liquidação dos títulos gira em torno de 30 dias (ver Nota 3.10).

### 14 Empréstimos e financiamentos

Em 31 de julho de 2017, a Companhia assinou o contrato de financiamento mediante a abertura de crédito com o BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, no montante de R\$ 486.420.000, tendo ocorrido a liberação parcial em 31 de dezembro de 2022 em um montante total de R\$ 452.591.864. O objetivo desta captação foi implantação (construção) do parque eólico.

Sobre o principal da dívida incidem TJLP mais juros de 2,48% a.a. para os subcréditos A1 e A2 e TJLP para o subcrédito A3, com exigibilidade mensal após o término do período de carência, em 15 de abril de 2018. O valor do principal será amortizado em 192 prestações mensais, com início em 15 de maio de 2019 até 16 de abril de 2035.

	Moeda	Encargos anuais	Taxa	Vencimentos	Consolidado	
					2022	2021
Principal BNDES FINEM	R\$	TJLP+2,48%	9,86%	2023 a 2035	379.307.762	398.886.630
Juros		-	-	-	54.917.765	50.957.958
Custos de captação		-	-	-	(8.774.402)	(8.462.917)
					<u>425.451.126</u>	<u>441.381.671</u>
Passivo circulante					22.710.263	23.341.294
Passivo não circulante					402.740.863	418.040.377

O saldo de empréstimos consolidado está demonstrado abaixo:

Saldo inicial em 01/01/2021	460.076.221	Saldo inicial em 01/01/2022	441.381.671
(+) Juros apropriados	32.392.799	(+) Juros apropriados	39.088.532
(-) Amortização juros	(32.124.031)	(-) Amortização juros	(35.866.688)
(-) Amortização principal	(19.344.886)	(-) Amortização principal	(19.483.171)
(-) Custo a amortizar	<u>381.568</u>	(-) Custo a amortizar	<u>330.782</u>
Saldo em 31/12/2021	441.381.671	Saldo final em 31/12/2022	425.451.126

### **Garantias**

Atualmente esse financiamento conta com penhor de ações, penhor de máquinas e equipamentos e cessão de direitos creditórios advindos dos contratos de venda de energia.

### **Covenants**

A Companhia possui cláusulas restritivas que podem gerar antecipação do vencimento de dívidas em determinados contratos de empréstimos e financiamentos. A partir de 2020, a Companhia deve manter apuração anual, durante toda a vigência do contrato, o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida ("ICSD") Consolidado, no mínimo, igual ou superior a 1,30, a ser verificado através de demonstrativos consolidados e auditados. Com base nos parâmetros estabelecidos no Anexo IV do Contrato de Financiamento mediante abertura de Crédito nº 17.2.0255.1, verificou-se que o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida ("ICSD") Consolidado foi de 1,74.

A Companhia não apresentou nenhuma quebra de suas cláusulas restritivas em 31 de dezembro de 2022.

## **15 Debêntures**

Em 14 de junho de 2019, a Companhia assinou instrumento de 2ª emissão de debêntures de oferta pública, com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM 476 e demais disposições legais aplicáveis, em série única. O agente fiduciário responsável pela emissão é a Pentágono S.A. Distribuição de Títulos e Valores Mobiliários. Neste ato foram emitidas 106.000 debêntures, com valor unitário de R\$ 1.000 (um mil reais) cada, totalizando uma emissão de R\$ 106.000.000 (cento e seis milhões de reais). As debêntures foram totalmente integralizadas em julho de 2019. Sobre o principal da dívida incidem IPCA mais juros de 3,87% a.a., com exigibilidade semestral. Abaixo, apresentamos as principais características:

<b>Controladora e Consolidado</b>						
	<b>Moeda</b>	<b>Encargos anuais</b>	<b>Taxa</b>	<b>Vencimentos</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Principal	R\$	IPCA+3,87 %	9,87%	2023 a 2033	105.397.374	103.138.000
Juros		-	-	-	23.021.391	18.423.117
Custos de captação		-	-	-	(9.216.869)	(10.108.824)
					<u>119.201.896</u>	<u>111.452.293</u>
Passivo circulante					5.279.702	4.963.914
Passivo não circulante					113.922.194	106.488.379

A movimentação das debentures encontra-se evidenciada abaixo:

Saldo inicial em 01/01/2021	99.302.327	Saldo inicial em 01/01/2022	111.452.293
(+) Juros apropriados	15.882.732	(+) Juros apropriados	11.915.098
(-) Amortização juros	(4.306.721)	(-) Amortização juros	(2.435.266)
(-) Amortização principal	(318.000)	(-) Amortização principal	(2.622.183)
(-) Custo a amortizar	<u>891.955</u>	(-) Custo a amortizar	<u>891.955</u>
Saldo em 31/12/2021	111.452.293	Saldo em 31/12/2022	119.201.896

#### **Garantias**

Esse financiamento conta com penhor de máquinas e equipamentos e cessão de direitos creditórios advindos dos contratos de venda de energia.

#### **Covenants**

A Companhia possui cláusulas restritivas que podem gerar antecipação do vencimento de dívidas em determinados contratos de empréstimos e financiamentos. A Companhia e suas controladas devem manter apuração anual, durante toda a vigência do contrato, o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida ("ICSD") Consolidado, no mínimo, igual ou superior a 1,05, a ser verificado através de demonstrativos consolidados e auditados. Com base nos parâmetros estabelecidos no Anexo I do Instrumento Particular de Escritura da 2ª (segunda) emissão de debêntures, verificou-se que o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida ("ICSD") Consolidado foi de 1,74

## **16 Patrimônio líquido**

### **16.1 Capital social**

O capital social em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 100.073.833 (R\$ 127.073.833 em 2021), totalmente subscrito em moeda corrente nacional, representado por 100.073.833 (127.073.833 em 2021) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

	<b>Participação</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
EDF EN do Brasil Participações Ltda.	50%	50.036.916	63.536.916
Ômega Geração S/A	50%	<u>50.036.917</u>	<u>63.536.917</u>
		<u>100.073.833</u>	<u>127.073.833</u>

Em 13 de maio de 2022, foi aprovado, sem ressalvas, a redução de capital social no valor de R\$

27.000.000, em razão do mesmo ter se tornado excessivo em relação ao desenvolvimento das atividades da Companhia, nos termos do artigo 173 da lei 6.404/76, e o consequente cancelamento de 60.000.000 de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Como regra de proporcionalidade, o cancelamento de ações decorrente da redução de capital afetou ambas as acionistas igualmente, sendo canceladas: (i) 13.500.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de titularidade da acionista EDF EN do Brasil Participações Ltda. (“EDF”); e (ii) 13.500.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de titularidade da acionista Omega Geração S.A. (“Omega”), acarretando, assim, a restituição de R\$ 1,00 por ação cancelada, de forma que a acionista EDF recebeu R\$ 13.500.000 e a acionista Omega também recebeu R\$ 13.500.000.

## 16.2 Reserva legal

É constituída em conformidade com a Lei das Companhias por Ações na base de 5% do lucro líquido de cada exercício e deduzidos de eventuais prejuízos acumulados, até atingir 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2022, o valor constituído no exercício é de R\$ 1.502.337 (R\$ 1.088.604 em 2021), totalizando R\$ 3.541.082.

## 16.3 Dividendos a pagar

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Adicionalmente, a Companhia destinou os outros 75% do lucro líquido do exercício ajustado para dividendos propostos.

Em 31 de dezembro de 2022, o valor destinado para dividendos mínimos obrigatórios no exercício de 2022 é de R\$ 7.136.100 (R\$ 5.170.869 em 2021). Os saldos de dividendos a pagar são demonstrados a seguir:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Lucro líquido do exercício	30.046.737	21.772.079
<b>Base de cálculo dos dividendos</b>	<b>30.046.737</b>	<b>21.772.079</b>
(-) Constituição da reserva legal	(1.502.337)	(1.088.604)
(=) Base para a distribuição dos dividendos	28.544.400	20.683.475
Dividendos a pagar	7.136.100	5.170.869
Dividendos adicionais propostos	<u>21.408.300</u>	<u>15.512.606</u>

Em 2022, a Companhia pagou os dividendos obrigatórios, constituídos em 31 de dezembro de 2021, no montante de R\$ 5.170.869.

## 16.4 Dividendos adicionais propostos

A proposta de distribuição de dividendos para os acionistas é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório é reconhecido em conta específica como dividendos adicionais propostos dentro da Reserva de lucros no patrimônio líquido, até que seja aprovado em Assembleia pelos acionistas, quando a reserva é revertida contra um passivo nas demonstrações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia constituiu R\$ 21.408.300 (R\$ 15.512.606 em 2021).

Em 2022, a Companhia pagou os dividendos adicionais propostos, constituídos em 31 de dezembro de 2021, no montante de R\$ 15.512.606.

## 17 Receitas de vendas

	<b>Consolidado</b>	
	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Receita bruta de vendas de energia	146.530.925	127.419.441
(-) Ressarcimento (i)	(8.231.905)	(471.794)
(-) Penalidade por baixa geração (ii)	(357.777)	(270.130)
Receita bruta	<u>137.941.243</u>	<u>126.677.517</u>
(-) Deduções da receita bruta		
PIS	(934.733)	(828.226)
COFINS	(4.314.153)	(3.822.582)
Total das deduções da receita bruta	<u>(5.248.886)</u>	<u>(4.650.808)</u>
Receita líquida	<u><u>132.692.357</u></u>	<u><u>122.026.709</u></u>

Em 2022, a companhia registrou um aumento em sua receita líquida devido ao aumento no preço dos contratos de venda de energia com a atualização da inflação e maior geração de energia em relação ao ano anterior.

(i) Refere-se ao Ciclo de ressarcimento a CCEE correspondente ao saldo anual e quadrienal para o atendimento do compromisso de entrega de energia no ambiente regulado.

(ii) Refere-se a provisão para penalidade por insuficiência de lastro em 2022.

## 18 Custos

	<b>Consolidado</b>	
	<b>2022</b>	<b>2021</b>
<b>Custos operacionais</b>		
Seguros	(1.071.619)	(1.188.261)
Custo com mercado de curto prazo – MCP	(12.463)	(19.708)
Aquisição de energia elétrica	(309.290)	(84.572)
	<u>(1.393.372)</u>	<u>(1.292.541)</u>
<b>Impostos e taxas</b>		
TUSD	(6.055.018)	(5.348.739)
Taxa de regulamentação	(554.600)	(535.495)
	<u>(6.609.618)</u>	<u>(5.884.234)</u>
<b>Serviços prestados</b>		
Serviços de consultoria	(311.003)	(713.367)
Manutenção das instalações	(11.916.864)	(9.422.144)
Serviços de assessoria	(991.154)	(832.759)
Outros serviços	-	(71.740)
	<u>(13.219.021)</u>	<u>(11.040.010)</u>
<b>Depreciação e amortização</b>		
Custo com depreciação e amortização	(27.625.334)	(27.618.102)
Custo depreciação do direito de uso	(436.517)	(393.498)
	<u>(28.061.851)</u>	<u>(28.011.600)</u>
Total dos custos	<u><u>(49.283.862)</u></u>	<u><u>(46.228.385)</u></u>

## 19 Despesas administrativas

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2022</b>	<b>2021</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
<b>Despesas administrativas</b>				
Telefone e internet	-	-	-	(21.028)
Cópias e reproduções	-	-	-	(25.070)
Despesas legais	(16.341)	(3.464)	(162.360)	(158.215)
Contribuições a associações	-	-	(48.274)	(1.406)
Material de limpeza	-	-	(16.428)	(13.370)
Seguros	(4.039)	(4.304)	(4.039)	(4.304)
Propaganda e publicidade	-	(14.158)	-	(93.807)
Outras despesas administrativas	-	-	(29.588)	(27.821)
	<u>(20.380)</u>	<u>(21.926)</u>	<u>(260.689)</u>	<u>(345.021)</u>
<b>Impostos e taxas</b>				
Multas	-	-	-	(4.258)
Impostos e taxas diversas	-	-	(43.144)	-
ICMS	-	(68)	(16.231)	(5.421)
PIS e COFINS	(142.643)	(118.050)	(142.643)	(118.050)
	<u>(142.643)</u>	<u>(118.118)</u>	<u>(202.018)</u>	<u>(127.729)</u>
	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2022</b>	<b>2021</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
<b>Despesas com serviços prestados</b>				
Honorários de contadores	(48.257)	(44.873)	(242.274)	(229.366)
Serviços de consultoria	(89.605)	(81.215)	(89.605)	(81.215)
Honorários de auditores	(53.784)	(50.147)	(249.665)	(228.441)
Honorários de advogados	(525)	(8.029)	(23.692)	(108.087)
Serviços de avaliação	-	-	-	(33.805)
Serviços de informática	(27.135)	(19.924)	(247.575)	-
Serviços de vigilância	-	-	(131.248)	(127.844)
Serviços de limpeza	-	-	(122.204)	(157.440)
Gestão administrativa	-	-	(655.479)	(632.560)
Outros serviços	-	-	(114.701)	(155.674)
	<u>(219.306)</u>	<u>(204.188)</u>	<u>(1.876.443)</u>	<u>(1.754.432)</u>
<b>Rateio de despesas</b>				
Outros custos	-	-	-	(29.568)
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(29.568)</u>
<b>Total das despesas administrativas</b>	<u>(382.329)</u>	<u>(344.232)</u>	<u>(2.339.150)</u>	<u>(2.256.750)</u>

## 20 Outras receitas

	<b>Consolidado</b>	
	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Outras receitas (i)	291.610	61.873
Recuperação de despesas	26.060	25.107
	<u>317.670</u>	<u>86.980</u>

- (i) Refere-se basicamente ao fee de composição de preço para cessão de contas a receber de energia.

## 21 Resultado financeiro

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2022</b>	<b>2021</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
<b>Receitas financeiras</b>				
Aplicações financeiras	3.198.608	2.486.515	9.876.581	4.085.710
Rendimentos de mútuos	-	49.542	-	-
Descontos obtidos	-	-	1.005	1.149
Juros	58.334	18.559	63.644	33.806
	<u>3.256.942</u>	<u>2.554.616</u>	<u>9.941.230</u>	<u>4.120.665</u>

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2022</b>	<b>2021</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
<b>Despesas financeiras</b>				
Juros sobre outras operações			(451)	(476)
Juros de empréstimos	(11.915.098)	(15.882.732)	(51.003.630)	(48.275.531)
Despesas bancárias	(102.748)	(125.133)	(778.347)	(679.537)
Descontos concedidos	-	-		(1.147)
Despesas com IOF		(386)	(10.617)	(20.519)
Custos com empréstimos	(928.720)	(891.955)	(1.463.040)	(1.478.579)
Juros sobre arrendamentos	-	-	(1.224.024)	(1.122.473)
	<u>(12.946.566)</u>	<u>(16.900.206)</u>	<u>(54.480.109)</u>	<u>(51.578.262)</u>
<b>Resultado financeiro</b>	<u>(9.689.624)</u>	<u>(14.345.590)</u>	<u>(44.538.879)</u>	<u>(47.457.597)</u>

## 22 Imposto de renda e contribuição social

A Companhia apura o resultado pelo lucro real e as suas controladas apuram IRPJ e CSLL pelo lucro presumido.

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2022</b>	<b>2021</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
<b>Lucro antes do imposto</b>	30.046.737	21.772.079	36.848.136	26.170.957
Imposto calculado com base em alíquota legal (34%)	10.215.891	7.402.507	12.528.366	8.898.127
Resultados de controladas por equivalência	(13.640.355)	(12.397.046)	-	-
Despesas não dedutíveis para fins de impostos	2.060	-	2.060	-
Imposto diferido sobre prejuízo fiscal não reconhecidos no exercício	3.422.404	4.994.539	3.422.404	4.994.539
Efeitos de controladas tributadas pelo lucro presumido	-	-	(9.151.431)	(9.493.788)
<b>Encargo fiscal</b>	-	-	<b>6.801.399</b>	<b>4.398.878</b>
Despesa com IR e CS correntes	-	-	(6.518.739)	(4.170.550)
Despesa com IR e CS diferidos	-	-	(282.660)	(228.328)
	-	-	<b>(6.801.399)</b>	<b>(4.398.878)</b>
 Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	 0,0%	 0,0%	 18,5%	 16,8%

	<b>Consolidado</b>	
	<b>2022</b>	<b>2021</b>
<b>Imposto por natureza</b>		
IRPJ e CSLL sobre faturamento (regime caixa)	4.141.438	3.600.211
IRPJ e CSLL sobre receitas financeiras	2.272.658	549.302
IRPJ e CSLL sobre outras receitas	104.643	21.037
	<b>6.518.739</b>	<b>4.170.550</b>

## 23 Transações com parte relacionadas

### 23.1 Contas a pagar

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2022</b>	<b>2021</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
EDF EN do Brasil Participações Ltda.	8.405	8.405	336.299	107.319
	<b>8.405</b>	<b>8.405</b>	<b>336.299</b>	<b>107.319</b>

(i) Contrato de gestão administrativa e de operações celebrado em 08 de dezembro de 2020 com a EDF EN do Brasil

### 23.2 Dividendos a receber

	<b>Controladora</b>	
	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Parque Eólico Ventos da Bahia I S/A	2.258.660	2.198.423
Parque Eólico Ventos da Bahia III S/A	3.723.199	3.548.425
Parque Eólico Ventos da Bahia IX S/A	1.466.349	1.146.860
Parque Eólico Ventos da Bahia XVIII S/A	2.079.982	1.765.993
	<b>9.528.189</b>	<b>8.659.701</b>

### 23.3 Dividendos a pagar

	<b>Controladora</b>	
	<b>2022</b>	<b>2021</b>
EDF EN do Brasil Participações Ltda.	3.568.050	2.585.435
Ômega Geração S/A	3.568.050	2.585.434
	<b>7.136.100</b>	<b>5.170.869</b>

### 23.4 Remuneração do pessoal chave da Administração

Durante os exercícios de 2022 e 2021 a remuneração da Administração da Companhia foi realizada diretamente pela Controladora do grupo, EDF EN Participações Ltda. Assim sendo, não houve remuneração do pessoal chave da Administração nestes períodos.

## 24 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

### Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Existem três tipos de níveis para classificação do valor justo referente a instrumentos financeiros. A hierarquia fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo referente a ativo ou passivo financeiro. A classificação dos níveis hierárquicos pode ser apresentada conforme exposto abaixo:

- Nível 1 - Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente, inclusive na data da mensuração do valor justo.
- Nível 2 - Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.
- Nível 3 - Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros classificados no nível 2 de hierarquia do valor justo. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar sua liquidez e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, conforme categorias abaixo:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2022</u>	<u>2021</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
<b>Ativos</b>				
<u>Mensurados pelo custo amortizado:</u>				
Caixa e equivalentes de caixa	412.736	7.909	7.444.089	6.662.652
Contas a receber - partes relacionadas	-	-	-	12.179
Contas a receber	-	-	42.118.224	30.086.836
Dividendos a receber	9.528.189	8.659.701	-	-
<u>Valor justo por meio do resultado:</u>				
Títulos e valores mobiliários	4.934.963	21.495.769	66.508.368	68.366.883
<b>Passivos</b>				
<u>Mensurados pelo custo amortizado:</u>				
Contas a pagar	27.006	21.036	11.160.235	3.764.449
Contas a pagar - partes relacionadas	8.405	8.405	336.299	107.319
Empréstimos e financiamentos	-	-	425.451.126	441.381.671
Debêntures a pagar	119.201.896	111.452.293	119.201.896	111.452.293
Dividendos a pagar	7.136.100	5.170.869	7.136.100	5.170.869
Passivo de arrendamento	-	-	11.603.778	10.801.486

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- (i) Títulos e valores mobiliários - Os valores contábeis informados no balanço patrimonial são idênticos ao valor justo em virtude de suas taxas de remuneração serem baseadas na variação do CDI - Certificado de Depósito Interbancário (Nota 5).
- (ii) Caixa e bancos, contas a receber e contas a receber partes relacionadas, contas a pagar e contas a pagar partes relacionadas e dividendos a receber e a pagar - Decorrem diretamente das operações da Companhia sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável. O valor contábil se aproxima do valor justo tendo em vista o curto prazo de liquidação destas operações.
- (iii) Empréstimos, financiamentos, debêntures e passivo de arrendamento - São classificados como outros passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Esta definição foi adotada, pois os valores não são mantidos para negociação, que de acordo com o entendimento da Administração, reflete a informação contábil mais relevante. Os valores justos destes financiamentos são equivalentes aos seus valores contábeis, por se tratar de instrumentos financeiros com taxas que se equivalem às taxas de mercado e por possuírem características específicas.

**a. Risco de crédito**

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de *rating*.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. Na data das demonstrações financeiras individuais e consolidadas estavam assim apresentados:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
<b>Ativos</b>				
<u>Mensurados pelo custo amortizado:</u>				
Caixa e equivalentes de caixa	412.736	7.909	7.444.089	6.662.652
Contas a receber - partes relacionadas	-	-	-	12.179
Contas a receber	-	-	42.118.224	30.086.836
Dividendos a receber	9.528.189	8.659.701	-	-
<u>Valor justo por meio do resultado:</u>				
Títulos e valores mobiliários	4.934.963	21.495.769	66.508.368	68.366.883

A Administração avaliou, segundo sua política de PCE e, com base no IFRS 9, conclui que não há risco de crédito, permanecendo apenas o contas a receber em aberto.

**b. Risco de taxas de juros**

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas. A Companhia entende que não há risco significativo atrelado as taxas de juros e a exposição está máxima está evidenciada na tabela demonstrada abaixo.

**c. Risco de liquidez**

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia poderia estar exposta a dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. Na avaliação desse risco, a Administração efetua continuamente as previsões de seus fluxos de caixa, visando garantir que a Companhia sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações financeiras nos vencimentos contratados.

Os recursos de caixa excedentes às necessidades presentes são investidos em ativos financeiros remunerados, através de instrumentos selecionados que garantam os resgates e a liquidez de acordo com as necessidades programadas da Companhia.

Segue abaixo o detalhamento dos vencimentos contratuais dos passivos financeiros:

	Controladora			
	2022		2021	
	Até 1 ano	> 1 anos	Até 1 ano	> 1 anos
Contas a pagar	27.006	-	21.036	-
Contas a pagar - partes relacionadas	8.405	-	8.405	-
Debêntures a pagar	5.279.702	113.922.194	4.963.914	106.488.379
Dividendos a pagar	7.136.100	-	-	-
	<u>12.451.213</u>	<u>113.922.194</u>	<u>4.993.355</u>	<u>106.488.379</u>
	<b>Consolidado</b>			

	2022		2021	
	Até 1 ano	> 1 anos	Até 1 ano	> 1 anos
Contas a pagar	11.160.235	-	3.764.449	-
Contas a pagar - partes relacionadas	336.299	-	107.319	-
Empréstimos e financiamentos	22.710.263	402.740.863	23.341.294	418.040.377
Debêntures a pagar	5.279.702	113.922.194	4.963.914	106.488.379
Dividendos a pagar	7.136.100	-	5.170.869	-
Arrendamentos mercantil	1.329.554	10.274.224	1.228.016	9.573.470
	<u>47.952.153</u>	<u>526.937.281</u>	<u>38.575.861</u>	<u>534.102.226</u>

#### d. Mensuração dos instrumentos financeiros

Os valores justos referentes aos instrumentos financeiros caixa e equivalentes de caixa, fornecedores e partes relacionadas são aproximados aos seus valores contábeis, em função de serem transações de curto prazo e não sofreriam impactos relevantes oriundos do risco de taxa de juros ou cambial, nos casos aplicáveis.

#### e. Gestão de capital

A Companhia obtém recursos diretamente através do investimento feito em suas SPes controladas, uma vez que as mesmas já se encontram em fase de operação comercial e com fluxo de caixa positivo. O projeto pode contar ainda com a emissão de debêntures para compor seu portfólio de financiamento e fazer frente ao seu capital de giro e compromissos financeiros assumidos.

#### f. Análise de sensibilidade

Em virtude da oscilação histórica do real em relação às moedas estrangeiras, das taxas de juros e dos índices de preços, a Companhia preparou análise de sensibilidade sobre seu principal passivo financeiro demonstrando os eventuais impactos no seu resultado ou no seu imobilizado em 2023, com base em premissas por ela adotadas. Foram definidos três cenários diferentes: Com base no IPCA médio para 2023 publicado pelo sistema de expectativas do Banco Central em 30 de dezembro de 2022, cuja valor definido foi de 5,32% a.a. e com base na taxa TJLP publicada para o último trimestre de 2022, cuja valor definido foi de 7,20%, sendo estas definidas como cenário provável; a partir desta foram calculadas variações de 25% (possível) e 50% (remoto). Abaixo, o resultado:

Abaixo, o resultado:

Operação	Saldo em 31/12/2022	Risco	Cenário I (Provável)	Cenário II (Possível)	Cenário III (Remoto)
<b>Passivos financeiros</b>					
BNB FINEM	434.225.527	TJLP	39.610.936	47.195.293	54.778.935
Debêntures	128.379.665	IPCA	11.724.675	13.366.771	15.003.064

## 25 Compromissos assumidos

#### a. Contratos de venda de energia elétrica

A Companhia está comprometida com venda de energia conforme projeção demonstrada abaixo:

		<u>Ventos da Bahia I</u>		<u>Ventos da Bahia III</u>	
		<u>2023</u>	<u>2024-2037</u>	<u>2022</u>	<u>2023-2037</u>
	Volume [MWh]	114.756	1.836.096	127.020	1.905.300,00
ACR	Preço [R\$/MWh]	<u>293,67</u>	<u>293,67</u>	<u>293,67</u>	<u>293,67</u>
	Total [R\$]	33.700.395	539.206.312	37.301.963	559.529.451

		<u>Ventos da Bahia IX</u>		<u>Ventos da Bahia XVIII</u>	
		<u>2022</u>	<u>2023-2037</u>	<u>2022</u>	<u>2023-2037</u>
	Volume [MWh]	115.632	1.734.480	117.384,00	1.760.760
ACR	Preço [R\$/MWh]	<u>293,67</u>	<u>293,67</u>	<u>293,67</u>	<u>293,67</u>
	Total [R\$]	33.957.649	509.364.742	34.472.159	517.082.389

## 26 Seguros

A Companhia mantém apólices de seguro contratado junto a Allianz Seguros S.A, seguradora definida por orientação de especialistas e levam em consideração a natureza e o grau de risco envolvido. A Companhia possui a cobertura de seguros conforme descrito abaixo:

### a. Seguro Riscos Nomeados e Operacionais

Em conformidade com as Condições Gerais e com as Condições particulares, que fazem parte integrante e inseparável da apólice. A importância segurada é de R\$ 3.208.530.354 tendo como vigência o período de 31/12/2022 à 31/12/2022. Por oportunidade e necessidade, e com a mesma cobertura e vigência, o seguro foi renovado para o período 01/01/2023 à 31/12/2023.

#### **Coberturas**

#### **Importâncias seguradas**

Lucro cessantes e danos materiais

R\$ 3.208.530.354

### b. Seguro Responsabilidade Civil Geral

Em conformidade com as Condições Gerais para o Seguro de Responsabilidade Civil Geral global, em decorrência de sinistros involuntários, corporais, materiais e morais causados a terceiros, integrantes dos riscos cobertos pela apólice. A importância segurada é de R\$ 118.061.080 tendo como vigência o período de 30/06/2022 à 30/06/2023.

#### **Coberturas**

#### **Importâncias seguradas**

Empregador, Companhia concessionária ou não de serviços públicos - energia, responsabilidade civil

Cruzada, poluição súbita e acidental

R\$ 94.179.245

**c. Seguro Garantia Judicial**

Em conformidade com as Condições Gerais para o Seguro de Responsabilidade Civil Geral global, em decorrência de sinistros involuntários, corporais, materiais e morais causados a terceiros, integrantes dos riscos cobertos pela apólice. A importância segurada é de R\$ 1.206.118 tendo como vigência o período de 28/11/2020 à 28/11/2024.

**Coberturas**

**Importâncias seguradas**

Débito oriundo da TFF – Taxa de Fiscalização do Funcionamento.

R\$ 1.206.118